

ÍNDICE

Nota Prévia.....	7
Introdução	11
I – Das Razões da escolha de um tema e de uma metodologia.....	13
II – Devemos preocuparmo-nos com o desenvolvimento?	25

PARTE I

QUESTÕES FUNDAMENTAIS DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Capítulo I – A Economia do Desenvolvimento: Cinquenta Anos de Debate	45
1. A economia do desenvolvimento: uma ciência em mutação permanente.....	45
2. Antecedentes históricos do pensamento económico em matéria de desenvolvimento.....	48
3. Refluxo e renascimento do pensamento económico em matéria de desenvolvimento.....	51
4. Origens da moderna economia de desenvolvimento	54
5. Características da moderna economia do desenvolvimento	61
6. A revisão das concepções de desenvolvimento.....	71
7. As novas preocupações e inquietações dos estudos de desenvolvimento económico.....	76
8. Sínteses e perspectivas de futuro	81
8.1. O desenvolvimento como qualidade de vida global.....	91
8.2. O desenvolvimento sustentável.....	100
Capítulo II – O desenvolvimento como imperativo ético	109
1. Aspectos gerais	109
2. Desenvolvimento e justiça nas relações económicas internacionais.....	117
3. John Rawls. Da teoria da justiça à Lei dos povos	121
4. O liberalismo cosmopolita	128
5. Outras posições	134
6. Desenvolvimento e doutrina social da igreja.....	138
7. A ajuda ao desenvolvimento como expressão de uma obrigação ética universal...	145

Capítulo IV – A Ajuda Pública como Instrumento das Políticas de Desenvolvimento	335
1. Considerações Preliminares	335
2. A Ajuda Pública. Problemas e Evolução	337
3. A Condicionalidade da Ajuda e a Conferência de Monterrey	344
4. O Financiamento da Ajuda Pública	349

PARTE III
A POLÍTICA COMUNITÁRIA DE COOPERAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO

Introdução	355
Capítulo I – A Política Comunitária de Cooperação para o Desenvolvimento numa Perspectiva Histórica	361
1. Os Primórdios da Política Comunitária de Cooperação	361
2. As Convenções de Yaoundé	365
3. As Convenções de Lomé	369
3.1. A Nova Perspectiva de Cooperação	369
3.2. A Convenção de Lomé I	370
3.3. A Convenção de Lomé II	374
3.4. A Convenção de Lomé III	376
3.5. A convenção de Lomé IV	381
3.5.1. O Texto Originário	381
3.5.2. A Revisão Intercalar	386
3.6. Balanço Sumário das Convenções de Lomé	389
Capítulo II – O Acordo de Cotonou	395
1. Os Antecedentes	395
1.1. O Livro Verde sobre Política de Cooperação	397
2. A Influência do Tratado de Maastricht	400
3. Aspectos Fundamentais do Acordo	401
3.1. Questões de Ordem Geral	401
3.2. A cooperação política	402
3.3. Redução da Pobreza	406
3.4. O Relacionamento Económico e Comercial	407
3.5. O Corte com Lomé e a Integração Económica Regional	410
3.6. O Desenvolvimento Participativo	414
3.7. A Reforma Financeira	416
3.8. Aspectos Institucionais	419
3.9. A Natureza Jurídica do Acordo	420
4. Considerações Finais	420

Capítulo III – Outras vertentes da política comunitária de cooperação e apoio aos países em desenvolvimento	425
1. Aspectos gerais	425
2. Outras Soluções de Base Regional	426
2.1. A Política Mediterrânica	426
2.2. A política de Cooperação com a América Latina	430
2.3. A Política de Cooperação com a Ásia	434
3. As Soluções Universalistas	436
3.1. O Sistema Comunitário de Preferências Generalizadas	437
3.2. A Ajuda Técnica e Financeira aos Países em Desenvolvimento não Associados	444
3.3. A Segurança Alimentar	445
3.4. Acções de Carácter Humanitário	446
3.5. A Ajuda na Luta Conta o SIDA	449
Capítulo IV – Os Fundamentos Jurídicos da Política de Cooperação	451
1. Aspectos Gerais	451
2. A ajuda ao Desenvolvimento Antes do Tratado de Maastricht	452
3. A Política de Cooperação para o Desenvolvimento no Tratado de Maastricht	457
3.1. Aspectos Gerais	457
3.2. O Novo Título XX	458
3.3. O Acórdão Portugal /Conselho	460
3.4. A Política de Cooperação como Política Comum	464
3.5. Outros Aspectos	466
4. O Título XXI	467
Capítulo V – Balanço Final: uma Política na Encruzilhada	469
1. Aspectos Gerais	469
2. Perspectivas de Futuro	474
3. O Projecto de Constituição Europeia	476
4. Os grandes Temas em Debate na Política de Cooperação	478
4.1. A “Apropriação” das Políticas de Desenvolvimento	478
4.2. A Defesa dos Direitos do Homem	482
4.2.1. O Carácter Universal dos Direitos Humanos	483
4.2.2. A Legitimidade da Intervenção Externa e a Adequação dos Acordos Internacionais à Defesa dos Direitos Humanos	485
4.2.3. A Coerência Interna e Externa da Comunidade em Matéria de Direitos Humanos	487
4.2.4. Das Proposições Teóricas à Acção Prática	493
4.3. A Condicionalidade Política	496
4.4. A Boa Governação	504
4.5. A Coerência das Políticas, a Complementaridade e a Cooperação	506

5. Políticas Comunitárias	507
5.1. Articulação das Políticas Comunitárias com as Políticas dos Estados Membros	511
6. A Cooperação Descentralizada	515
6.1. Os Agentes não Estatais	515
6.2. A Desconcentração dos Poderes da Comissão	518
7. A Preparação dos Novos Acordos Económicos	519
 Bibliografia	 523